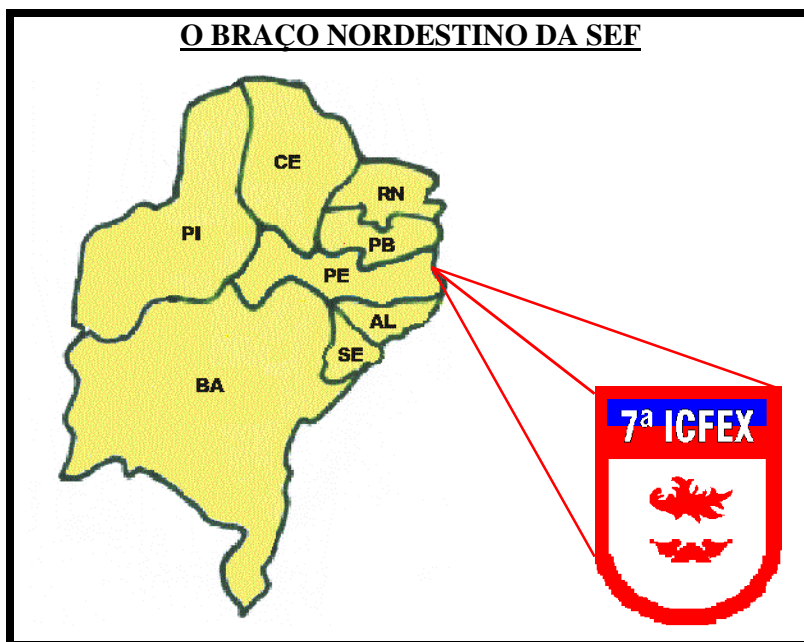




**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)**



**COLETÂNEA DOS ANEXOS AO BOLETIM INFORMATIVO Nº 03
(31 DE MARÇO DE 2008)**

FALE COM A 7ª ICFEx

Correio Eletrônico: 7icfex@eb.mil.br
7icfex-chsecaptec@eb.mil.br
Página Internet: <http://www.7icfex.eb.mil.br>
Telefones: Fixo – (0 XX 81) 3423-7500
RITEX – 870-7180



7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 03, de 31 de março de 2008</i>	Pág 1	
----------	---	-------	--

ÍNDICE

ANEXOS	A S S U N T O S	PÁGINA
“A”	- Pensão Militar – 1,5%	2
“B”	- Auxílio -Invalidez	4

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 03, de 31 de março de 2008</i>	Pág 2	
----------	---	-------	--

ANEXO “A”

PENSÃO MILITAR – 1,5%

Esta Inspeção recebeu da SEF, o Ofício abaixo transcrito:



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral/1841)**

Brasília, 28 de fevereiro de 2008.

Of nº 044 – Asse Jur – 08 (A1/SEF)

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Sr Chefe da 7ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército

Assunto: pensão militar – 1,5%

Ref: Of nº 06-S1, de 21 Fev 08

1. Versa o presente expediente sobre direito à contribuição de 1,5%.
2. Diante dos desdobramentos que recaem sobre o tema em análise, é fundamental, para entendê-lo, realizar uma breve recapitulação de seus fatos, de acordo com os documentos trazidos a lume:
 - a. Trata-se de consulta encaminhada a essa Setorial pelo 23º Batalhão de Caçadores (23º BC). Relata aquela Unidade Gestora que em 23 Abr 01, o 2º Sgt HUDSON LOPES DA SILVA renunciou expressa e voluntariamente ao direito de manter os benefícios da Lei 3.765, de 04 Maio 1960, que vinha sendo garantido por meio da contribuição de 1,5% incidente sobre a remuneração. A renúncia em tela constava do disposto no §1º do art. 31 da MP 2.215-10, de 31 Ago 01 e teve caráter irrevogável, operando-se por intermédio de requerimento próprio. Em relação ao graduado em questão, esse documento foi devidamente publicado no Boletim Interno da OM em que o mesmo servia à época, Comando de Fronteira do Amapá/34º Batalhão de Infantaria de Selva.
 - b. Contudo, apesar da renúncia expressa, o aludido desconto continuou a ser efetuado, sendo identificado somente por ocasião de exame de pagamento referente ao mês de agosto de 2007, realizado na OM consultante, onde atualmente serve o referido militar. Diante da irregularidade apurada, o interessado apenas manifestou o intenção de continuar contribuindo com o aludido percentual.

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 03, de 31 de março de 2008	Pág 3	
----------	--	-------	--

c. O assunto foi levado à apreciação da 10ª Região Militar que, por intermédio de sua Assessoria Jurídica emitiu parecer defendendo a *ilegalidade* dos descontos de 1,5% no caso sob exame, eis que o militar interessado preencheria requerimento, em caráter definitivo e irrevogável, renunciando aos mencionados benefícios. Tendo em vista o *erro administrativo* que perpetuou indevidamente os descontos, entendeu aquele órgão de assessoramento que o desconto deveria cessar imediatamente e que, nesse sentido, o graduado em questão não teria direito a continuar recolhendo o aludido índice. Não obstante, faria jus o mesmo à devolução das quantias debitadas em seu desfavor por conta do período irregular, limitadas, em todo caso, à prescrição quinquenal. Por último, por tratar-se o assunto de matéria financeira, sugeriu aquela Assessoria Jurídica que fosse ouvida a Setorial Contábil a que estivesse vinculado o 23º BC.

d. A questão foi, assim, submetida pela aludida UG a essa Inspetoria que, por sua vez, concordou com o entendimento exposto pelo Comando da 10ª RM, por meio de sua Assessoria Jurídica. Contudo, solicitou essa ICFEx que a matéria fosse analisada por esta Secretaria, visando à orientação do Ordenador de Despesas da unidade consultante.

3. Examinando o assunto sob os aspectos jurídicos, há que se apontar o seguinte:

a. O entendimento exarado pela Assessoria Jurídica da 10ª RM esgota o tema. Com feito, em face da abordagem dos parâmetros jurídicos pertinentes em sua totalidade, não há como se divergir das conclusões apresentadas. Nesse sentido, há que se referendar a idéia de que o desconto do índice de 1,5% em desfavor do militar em questão é *ilegal*, uma vez que o mesmo renunciou expressa e definitivamente a tal contribuição no prazo estabelecido pela MP 2.215-10, de 2001.

b. Significa dizer que, à luz do Princípio da Legalidade, a Administração jamais poderia ter continuado a realizar os aludidos descontos, razão pela qual impõe-se, de imediato, a cessação dos mesmos. Nesse norte, uma vez que os descontos referem-se a *atos administrativos* divorciados da legalidade, surge como necessário o restabelecimento do *status quo ante*, devendo as partes retornarem ao estado em que se encontravam antes do ato inquinado como ilegal. Em outras palavras, uma vez verificada a ilegalidade dos atos de descontos, os efeitos daí decorrentes operam-se *ex tunc*, retroagindo à origem dos mesmos.

c. Seguindo essa linha de raciocínio, além da cessação do desconto de 1,5% – que, por sua vez, aponta para a impossibilidade legal de o militar continuar a contribuir com tal índice –, surge como obrigação para a Administração a devolução das quantias indevidamente debitadas a esse título, limitadas, porém, à prescrição quinquenal a que alude o art. 1º do Decreto 20.910, de 06 Jan 1932.

4. Isso posto, entende esta Secretaria que razão assiste a essa Setorial quando concorda com o entendimento exposto pela Assessoria Jurídica da 10ª Região Militar. Nesses termos, tem-se por necessários tanto o imediato cancelamento dos descontos de 1,5% em desfavor do militar em tela, como a devolução das quantias que lhe foram debitadas indevidamente a esse título, limitadas ao prazo prescricional de cinco anos. Não há, portanto, possibilidade jurídica para que o interessado continue a contribuir com o aludido índice.

1

5. Nesses termos, remeto-vos o presente expediente, para conhecimento e providências decorrentes, visando à orientação do 23º BC por essa Setorial.

Gen Div SEBASTIÃO PEÇANHA
Subsecretário de Economia e Finanças

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 03, de 31 de março de 2008</i>	Pág 4	
----------	---	-------	--

ANEXO “B”

AUXÍLIO-INVALIDEZ

Esta Inspeção recebeu da SEF, o Ofício abaixo transcrito:



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO-GERAL DO PESSOAL
(Diretoria Geral do Pessoal/1860)
DEPARTAMENTO BARÃO DE SURUHY**

Of nº 002 – DGP/DSau

Brasília, 29 de fevereiro de 2008.

Do Vice-Chefe do Departamento-Geral do Pessoal

Ao Sr Subsecretário de Economia e Finanças

Assunto: auxílio-invalidéz

Ref: Of nº 038-Asse Jur -08 (A1/SEF), de 14 Fev 08

1. Expediente sobre validade de ata de inspeção de saúde realizada para fim de auxílio-invalidéz.

2. Sobre o assunto, este Departamento faz as seguintes considerações:

a. as inspeções de saúde realizadas por Junta de Inspeção de Saúde (JIS) ou Médico Perito (MP), tem validade máxima de 12 (doze) meses, conforme o art. 21 das Instruções Gerais para as Perícias Médicas no Exército – IGPMEx (IG 30-11), aprovadas pela Portaria nº 141- Cmt Ex, de 31 Mar 04;

b. as autoridades relacionadas no art. 12 da portaria supracitada, podem determinar nova inspeção de saúde, a qualquer tempo, independente da validade daquela realizada anteriormente, conforme parágrafo único do art. 21 da mesma portaria;

c. o art 44 da Port. 142-DGP, de 27 Ago 2005 (IR 30-29), determina que o inativo, militar ou ex-combatente reformado que recebe auxílio-invlidez deverá, anualmente, entregar ao Órgão Pagador (OP) uma declaração de que não exerce atividade remunerada, pública ou primava e submeter-se, periodicamente, a critério da administração, a exames médicos para que seja comprovada a sua condição atual de invalidez;

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 03, de 31 de março de 2008</i>	<i>Pág 5</i>	
----------	---	--------------	--

d. a portaria 024-DGS, de 16 Out 86, que aprova as Instruções Reguladoras das Perícias Médicas no Exército – IRPMEx (IR 70-05), foi revogada; e

3. Do exposto, incumbiu-me o Sr Chefe do Departamento-Geral do Pessoal de informar a essa Secretaria, o que faço por intermédio de V Exa, que a periodicidade das inspeções de Saúde para fim de auxílio-invalidez é atribuição da OM de vinculação, conforme a lettr5a “c” acima.

Gen Div RENATO ÍNDIO DA COSTA LEMOS
Vice-Chefe do Departamento-Geral do Pessoal

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”